

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E O ATUAL MODELO DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL:

Expressões no Mundo do Trabalho, Pobreza e Desigualdades Sociais

Avanço de Investigação em Curso
GRUPO DE TRABALHO Nº 27
Maria das Graças Osório Pitombeira Lustosa

RESUMO

Nas últimas décadas, países da América Latina como o Brasil, foram submetidos a amplas reformas nas formas de regulação da vida e trabalho, impostos pelos imperativos do sistema capitalista na restauração de seus interesses, conforme os marcos regulatórios, o Consenso e o Pós-Consenso de Washington¹. Este ensaio analisa alguns efeitos sobre o mundo do trabalho face à reestruturação produtiva e as tendências do modelo de desenvolvimento que opera a programática neoliberal.

PALAVRAS CHAVE: Crise do Capital, Desenvolvimento, Trabalho, Desigualdades Sociais

DESENVOLVIMENTO

No mundo contemporâneo sociedades capitalistas principalmente da periferia, do capital são submetidas a um conjunto de reformas econômicas, sócio-políticas e culturais, forjadas pelos governos neoliberais, com expressões importantes à compreensão das relações sociais e suas implicações no mundo do trabalho, às formas de organização e regulação das relações entre o Estado, o mercado e às classes sociais. Originados da dinâmica do novo estágio de restauração do capitalismo, têm significado relevante ao Brasil, nessa nova divisão nacional e internacional do trabalho. Trata-se dos imperativos desse padrão de desenvolvimento capitalista que, em tempos de crise e restauração de seus interesses introduz ou reorganiza seus mecanismos de viabilização à sua reprodução. Ao longo da história, esse sistema em seus ciclos reprodutivos, conhecidos na economia clássica, como fases de “crescimento / desenvolvimento” oscilam na dinâmica econômica das sociedades, cujas consequências afetam o funcionamento das relações sociais entre o estado, o mercado e as classes sociais. Essa dinâmica coloca desafios ao pensamento social, como investigar, em que medida esse modelo de política econômica guarda semelhanças e ou diferenças em relação aos países centrais, nas relações que se efetuam na América Latina?

No Brasil, revisitando-se a história, vimos que nos anos de 1930 os padrões de industrialização e a urbanização delinearam um padrão de desenvolvimento urbano equivocado, de ritmo desigual e diferenciado, cujas relações entre o Estado e a sociedade civil resultaram em déficits de natureza as mais diversas, econômicas, sociais e políticas. As insuficiências de políticas públicas em áreas sociais como educação, saúde, saneamento, colocam em questão as formas de gestão pública, principalmente as atividades econômicas, considerando-se essa esfera como a base objetiva a reprodução social (Lessa,1999:25). A pouca efetividade da gestão pública combinada as insolvências do Estado nos processos de regulação da economia ou da prosperidade e progresso daí advindos, exige cuidados à apreensão da lógica de produção e de reprodução social, que acenam à novas investidas do conhecimento social, teórico-prático diante das reconfigurações das relações na sociedade, homem-natureza e das relações dos homens entre si.

¹ Conjunto de medidas criadas em 1989 em Washington pelo Inglês John Williamson, nas quais o Banco Mundial e o FMI por determinação do governo dos Estados Unidos impõem as condições econômicas e políticas aos países da América Latina frente desses países e à negociação das dívidas por eles contraídas.

Avançando um pouco mais na história do país, as décadas de 1960 e 1970, durante o governo militar, o processo de industrialização desenvolvera um modelo centralizado de desenvolvimento contando essencialmente com o protagonismo do Estado, cujo padrão capitalista de “crescimento econômico”, ocorreu com a intensificação dos empréstimos de capitais estrangeiros. Com a crise internacional dos países centrais, impostas pelo receituário neoliberal, principalmente, a americana forjaram o aumento das taxas de juros cobrados aos países devedores, com expressivos reflexos às economias dos países periféricos como o Brasil. Essa lógica de relações econômicas entre países ricos e pobres é constitutiva da história do desenvolvimento do sistema capital, como veremos a seguir.

O pós - crise mundial do sistema capitalista desde 1929, mais precisamente, a partir dos anos de 1930 fez emergir significativas alterações na dinâmica das relações econômicas, sociais e políticas com efeitos tanto em economias centrais como em países da periferia do capital. No âmbito dessas reformas incluímos a refuncionalização do papel do Estado e a expansão do mercado na regulação das relações sociais, operadas pela programática neoliberal. Tal fenômeno trouxe a emergência da intensificação das políticas sociais protecionistas por parte dos estados nacionais, medidas originadas das condições de instabilidade econômica mundial, em cujo contexto emergiram mudanças substantivas, nas relações econômicas internas, cujas políticas “[...] passaram a ter um papel ativo na construção de novas bases materiais para suas sociedades”. (Sallum,2000;410)

O Brasil se insere nesse conjunto emblemático de relações. O desenvolvimento das forças produtivas constitui um parâmetro indiscutível à análise das tendências desse padrão de sociabilidade adotado pelas sociedades, os quais no âmbito da produção se expressam nas mudanças nas relações de produção e da circulação de mercadorias. Nessa esfera a “substituição de importações” emerge como uma base objetiva à análise e base de excelência para compreensão das particularidades desse padrão apoiado nesses processos de industrialização. Como sabemos, este modelo foi desde suas origens sustentado pela intervenção do Estado, referência esta necessária à caracterização da história e desenvolvimento do capitalismo, como uma posição diferenciada no âmbito das relações econômicas com o sistema capitalista mundial.

No período do Pós Segunda-Guerra Mundial essas relações se destacavam na liderança que tinham os países centrais, especialmente, os Estados Unidos que protagonizaram em meio às novas determinações econômicas e políticas, efetivas influências no padrão de desenvolvimento econômico e político sobre os demais países da periferia. No Brasil, o protagonismo do Estado como marco histórico e teórico à apreensão dessas reorientações correspondeu ao conhecido “Estado desenvolvimentista”, um padrão de desenvolvimento preconizado no e pelo governo de Getúlio Vargas entre os anos de 1949 e 1950 (Idem, p. 417-18) período este, não por acaso, se coadunara com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL².

Portanto, o reconhecimento desse debate das particularidades do desenvolvimento do país naquele contexto continha essa marca, cujas preocupações mais específicas se voltavam à realidade da América Latina, com expressões para o Brasil, nos tempos de criação da CEPAL no Pós Segunda – Guerra Mundial³ Estrategicamente contribuíram mas também se expressavam como reforço para as questões mais relacionadas às reformas estruturais necessárias aos países pobres⁴. Pensando essas

² Segundo SALLUM (2000: p. 415-16) a criação da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, órgão das Nações Unidas destinava-se ao “[...] estudo e à orientação econômica dos países da região, recomendava a intervenção sistemática do Estado no domínio econômico para romper os grilhões que atavam os países periféricos ao subdesenvolvimento”.

³ FURTADO, Celso. O Capitalismo Global. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999, p. 10

⁴ Nos anos de criação de 1949 e 1951 foi criada a tese da CEPAL, segundo ideário do estruturalismo conforme as propostas de Raúl Prebisch, via na América Latina a emergência de pensar mudanças, e afirmava que “agora os latinoamericanos precisavam reunir vontade para transformar a relação entre centro e periferia”, o que significava “[...] o desejo de desenvolvimento.” DOSMAN, E. J. Raúl Prebisch. A construção da América Latina e do terceiro Mundo. RJ. Contraponto, 2011. p. 314-17.

reformas por ocasião do esgotamento do padrão “desenvolvimentista” nos anos de 1960 e 1970 o Brasil ampliava cada vez mais sua inserção na ordem capitalista mundial.

Com o advento do capitalismo industrial em meados do século XIX e XX países avançados da Europa, França, Alemanha e dos Estados Unidos, bem como, da América Latina passaram a integrar áreas estratégicas da economia mundial. As formas históricas de constituição e os avanços das relações sociais e de produção, combinadas à constituição do Estado e das classes sociais conformam estas reflexões sobre o novo estágio de desenvolvimento do capitalismo, afirmando-se a existência de uma estreita relação com as estratégias de “modernidade e de progresso” da sociedade burguesa num debate defendido, de forma mais expressiva pela Ciência Econômica, que, ao longo da história, em seus princípios efetivos estão a defesa da organização do chamado “crescimento”. Se nos anos de 1950 havia um “[...] desenvolvimento associado, em que multinacionais e empresas estatais e privadas nacionais compartilhavam do mercado interno” (Sallum, p. 419), nos anos 1990 ocorre um movimento similar, só que, agora, apoiado na ampliação das relações intercapitalistas às quais consolidaram as privatizações de empresas estatais e autárquicas. Ou seja, nas origens da industrialização o consumo em nosso país voltava-se especialmente, para aperfeiçoar o desenvolvimento das forças produtivas, da economia e da sociedade, contudo, era “[...]especializado”, voltado a reduzidos a “[...] setores, antes atendidos por fornecedores do exterior e que contingências ocasionais fizeram apelar para a produção interna” (Prado,1999:121-29).

Nesse estágio atual de reprodução das relações econômicas ressurgem com novas roupagens segundo a programática neoliberal entendidas à luz da lógica de regulação da vida social. Vê-se que os argumentos para legitimação da reprodução do sistema abrangem a produção, incluindo os diferentes ciclos, que vão desde as relações de comercialização e do consumo, com maior ênfase neste último, que, ao fim e ao cabo obedecem a uma dinâmica protagonizada pelo Estado. Portanto, se nos anos do “desenvolvimentismo” cabia ao Estado à função premente de interventor em todos os setores da economia, na sociedade globalizada essa realidade se inverte e se torna emblemática, no que trata do papel do Estado, o qual, teoricamente, recua sua ação à certos setores. Não se trata aqui de aprofundar as características sobre a refuncionalização do papel do Estado na economia. Mas, interessa apenas destacar que, se nesse período de maior abertura e a ampliação dos mercados, essas estratégias se constituíram como importantes vias de efetividade dessas relações, nesse estágio de restauração dos interesses do sistema, quais seriam as competências do Estado nessa redução de suas responsabilidades na regulação da vida social? O que significam esses desmontes e desarticulações das relações sociais, que, diferente do que tradicionalmente conhecemos em relação aos fatores que garantiam “[...] no passado o dinamismo dos sistemas econômicos nacionais”, hoje, evidenciam-se mudanças nas relações internas e externas, na medida em que, “quanto mais às empresas se globalizam, quanto mais escapam da ação reguladora do Estado, mais tendem a se apoiar nos mercados externos para crescer” (Furtado, 1999:29) Como diz Furtado, parece que retornamos às bases e fundamentos que sustentavam o sistema e “[...] se baseava nas exportações e nos investimentos estrangeiros” (Idem, op. cit),

O que se pode afirmar é que, no contexto atual, o Estado e o setor privado estreitam cada vez mais suas relações econômicas, se associam em grandes corporações econômicas, numa lógica similar, à ocorrida antes na história do capitalismo; evidentemente, assumindo novas particularidades históricas, com novas determinações à apreensão da realidade das nações. Como nos ensinou Lênin (1987:87-91) o capitalismo em sua fase imperialista em sua essência se caracteriza com uma tendência de ampliação do monopólio, hoje, este fato se revela numa fusão de capitais que formam um padrão transnacionalizado, imperialista de desenvolvimento onde se congregam os capitais nacionais e internacionais e se associam aprimorando os interesses da acumulação, tendo como resultado o aumento da competitividade intercapitalista, com expressões no mundo do trabalho, como o aumento do desemprego, a precarização do trabalho, além de efeitos adversos que se revelam em decorrência da crise da produção.

Como ilustração desses fatos, no Brasil dados recentes do IBGE mostram que a taxa de desemprego entre jovens de idade entre 16 a 24 anos aumentou de 14,6% para 15,3%, em junho de 2013. Um aumento expressivo se comparado a 2009 cuja taxa foi de 8,1%. Segundo o DIEESE a taxa de desemprego em 2010 era de 13,9%⁵, dados que revelam oscilações expressivas.

No âmbito da economia, outro fator relacionado ao desemprego, pode ser observado em relação às mudanças na expansão/estagnação do Produto Interno Bruto- PIB⁶. Este tem sido objeto de atenção dos analistas, diante do movimento inverso na interpretação da lógica econômica sobre a relação orgânica e econômica entre a produção e o consumo. Esta questão vem sendo mostrada como resultante do desequilíbrio ocasionado entre as taxas de crescimento pela produção que tem como resultado a queda e desaceleração da indústria, a despeito da tese de um crescimento do nível de consumo. Como mostra a realidade, o crescimento da indústria de transformação no Brasil tem tido nos últimos anos, resultados negativos. Em 2011 cresceu apenas 1,6%, fruto da falta de investimentos que caiu de 21,3% em 2010 para 4,75 em 2011⁷. Há um descompasso entre os incentivos à produção da indústria que há algumas décadas cresceu apenas 30% e a comercialização e circulação de mercadorias cresceu no mesmo período, 120%⁸, fenômeno que se explica pelo movimento de importação de mercadorias de outros países, com comprometimentos na formação do PIB que se em 2002 avançou apenas 2,7%, em 2013 apenas 2,3%⁹. Dados atuais mostram que as importações de mercadorias cresceram em julho de 2013, em 19,7%. Só a importações de petróleo aumentaram mais de 140%¹⁰.

Em meio à intensificação da concorrência, as transformações advindas desse modelo chamado pelos economistas de padrão de crescimento forjaram níveis de exigências deixando para trás, velhas formas de produção e de trabalho. Tais processos decorreram dos avanços das forças produtivas, aumentaram as oportunidades de produção gerando pressões e intensificando expressivamente a circulação das mercadorias, consequências da lógica da política de liberalização e maior abertura dos mercados. Como analisa Sampaio Jr, “os deslocamentos econômicos e políticos” daí advindos resultaram em crises, não apenas na capacidade do “(...) Estado nacional de estabelecer limites à atuação do capital”(Idem), mas também, os efeitos no papel do Estado, cuja maior expressão está à tendência de negação de sua soberania. Acirraram-se aí a competitividade econômica interna, com agravamentos nos níveis das desigualdades sociais e regionais. Esses desmontes têm como resultado, por um lado, reservar aos países periféricos a manutenção de condições econômicas em desvantagens e de subordinação aos países centrais. Por outro, no âmbito da produção uma das expressões foi à tendência de países da América Latina como Brasil, permanecerem na condição de produtores/exportadores de matérias – primas, visto que o padrão atual de concorrência em sociedade mundializadas volta-se à velha característica em que esses países se especializam em culturas de baixo desenvolvimento tecnológico. (Sampaio Jr, Idem). O suposto que defendo é que esses desmontes afetam os níveis de pobreza aos que vivem do seu trabalho dando lugar à emergência de políticas sociais assistenciais no suporte ao enfrentamento da pobreza estrutural no Brasil, condição que remete a outro fenômeno peculiar no país, o alto nível de concentração e centralização de renda e riqueza no país, problemas que tem origem e “raiz estrutural”.

⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) Extraído em 30 de outubro. IBGE@org.br

⁶Ribeiro, F. Batista, H. Gomes, SPITZ Clarice. (2011, setembro 03) “Consumo alto, indústria parada”. Jornal O Globo. R.J.. Caderno Economia. Páginas, 29-30. “O PIB é o conjunto da produção de bens e serviços num país durante o ano, contando inclusive coma arrecadação de impostos sobre a produção”. A coleta é feita em três grandes setores; agropecuária, indústria e serviços. Esses dados mostram “o nível de consumo efetuado nos níveis: família, governo, investimento da indústria e construção civil, exportações e importações”.

⁷ Batista, Luciene H.G, RODRIGUES, L. Ribeiro Fabiana e Carneiro. (2012, março 07) Do Pibão ao Pibinho Indústria já recua há nove meses. IBGE Jornal O Globo. R.J, Caderno Economia. P. 25-27.

⁸ Conforme Revista Veja Nº 30 de 24/07/2013

⁹ Idem.

¹⁰ Informações Disponíveis em g1.globo.com Extraída em 01/08/2013.

Neste sentido, o esgotamento do padrão de desenvolvimento pautado na produção fordista e sua transição ao modelo de “acumulação flexível” forjaram deslocamentos de investimento na produção, à esfera da especulação financeira de mercado, com rebatimentos negativos sobre o mundo do trabalho, tanto urbano como rural. Tais fatos agravaram os níveis de pobreza e das desigualdades sociais cuja intervenção do Estado frente à pobreza estrutural tornou-se imperioso identificar os impactos da restauração do capital nessas esferas, do trabalho e da produção, à medida que emergem novas formas sociais metamorfoseadas do trabalho, como: “trabalho precarizado”, “informal”, “temporário”, “terceirizado”. Assim, o esgotamento do modelo de Estado intervencionista dá lugar à nova sociabilidade forjada pelo projeto neoliberal. Dessa forma, no Brasil vivencia-se um contexto de reformas nas relações sociais e de produção diante do esgotamento das condições de reprodução social pela via do trabalho, seja na indústria de transformação, ou na agricultura, resultantes dessas transformações capitalistas.

O modelo de desenvolvimento periférico neoliberal, em seu suposto de integração do sistema econômico em escala mundial, em tempos de crise, causaram impactos econômicos, produtivos e financeiros com particularidades aos países da periferia, cujo entendimento desse fato se explica por dentro da dinâmica da gestão política da economia, cujos fundamentos econômicos adotados pelo Estado neoliberal atendem seu projeto de desenvolvimento.

Nesse caso, a ideia da estagnação da produção e seus efeitos sobre o trabalho, como o aumento de desemprego, em função dos recuos dos avanços tecnológicos, são expressões que, do ponto de vista da divisão internacional do trabalho, acenam para certa reiteração de condições subalternas de países pobres, nessa reorganização internacional e nas relações entre os países ricos e os chamados de emergentes.

Portanto, decodificar os sentidos dessas determinações econômicas, sociais e políticas, entre a crise do sistema produtivo e suas expressões no mundo do trabalho fruto das atuais transformações e restauração do capital, torna-se uma via teórica necessária à apreensão das reconfigurações da questão social e da resignificação das políticas sociais no Brasil, no atual padrão de sociabilidade.

Considera-se que os imperativos do sistema capitalista nesse estágio de reprodução, de “acumulação flexível” segundo Harvey, (1999) tem na refuncionalização do papel do Estado um de suas estratégias e possibilidade de apreender a transição entre um modelo, antes centrado no desenvolvimento do sistema produtivo, hoje mais voltado à “financeirização da riqueza” (Pochmann, 2004).

No Brasil, foi a partir do governo Fernando Collor de Mello ao final da década de 1980, passando pelos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, as políticas sociais de corte assistencialista passaram a assumir novas configurações, com efeitos nas relações sociais de produção colocando desafios ao pensamento social, nessa reorganização da divisão nacional e internacional do trabalho e da organização geopolítica, envolvendo ainda que de forma diferenciada, países ricos e pobres.

A chamada crise ou estagnação do sistema produtivo resultante da nova dinâmica das relações intercapitalistas desde a crise internacional do petróleo nos anos 70 originada dos países ricos, forjaram a ampliação das trocas comerciais e da abertura do livre comércio, fruto das determinações da Organização Mundial do Comércio – OMC. direitos do trabalhador”.

Nos países de economias centrais, a redução dos investimentos ou da intervenção do Estado em áreas sociais teve como contrapartida, mudanças expressivas como o estreitamento maior nas relações entre o Estado e o setor privado mas, com um destaque curioso, a repressão de “(...) formas coletivas de oposição ao poder corporativo”. (Harvey,2008:87) Aqui emerge a tendência de militarização da

questão social, quando o Estado assume a vanguarda da “neoliberalização¹¹”, desempenha o papel de protetor dos contrários ou repressor da “*dissensão*”. (Idem)

Desde o “Pós-Consenso de Washington” em 2002 - a estratégia de atenção das instituições financeiras internacionais, o Banco Mundial BIRD e o FMI - Fundo Monetário Internacional, tem sintonia com o governo brasileiro, monitoram os níveis de agravamento da pobreza rural e urbana cujas interfaces como a ampliação das políticas de assistência social voltam-se à reprodução de segmentos pobres rurais e urbanos. Quais são as particularidades desse padrão de sociabilidade, em que a reprodução social se dá muito mais pela transferência de renda e menos pela via do trabalho? Este, antes originado em bases tradicionalmente produtivas, agora a desregulamentação e a negação dos direitos sociais têm como contrapartida a legitimação e a expansão da assistência social, que se faz mais efetuada nos moldes da “transferência de renda”, e que encontra dificuldades de alcançar a “distribuição” como uma via que antes se consagrava à obtenção de direitos sociais (Lustosa, 2012).

Submetidas a reconfigurações em seu formato na versão da transferência de renda essas políticas legitimam o “desenvolvimento social” proposto pelo receituário neoliberal, como uma via econômica de cobertura à pobreza estrutural no Brasil. Este programa civilizatório tem por princípio inserir no plano do desenvolvimento, amplas camadas sociais pobres, através dessas políticas com vistas a efetivar a chamada “inclusão social” e a “redistribuição de renda”. Para seus idealizadores, esta intervenção do Estado o chamado Estado social consolidaria a “redistribuição de rendas”, através das políticas pontuais e focalizadas (Lustosa 2005, p. 191). No Brasil, o IPEA mostra que há 25 anos metade da renda total está em mãos dos 10% mais ricos do país. E os 50% mais pobres dividem entre si apenas 10% da riqueza nacional¹². Como se pode confirmar, essa realidade mostra disparidades entre os países, quando o Brasil se coloca como o quarto mais desigual da América Latina, pela distribuição de renda, apesar do crescimento econômico e dos investimentos na redução da pobreza¹³. Isso conduz pensarmos o papel das políticas de bem-estar social e os direitos sociais nas condições de vida e trabalho na cidade e em áreas rurais, onde o número de pobres nos grandes centros urbanos brasileiros é duas vezes maior que nessas últimas. Os avanços das forças produtivas no âmbito da reestruturação em curso causaram impactos nefastos ao mundo do trabalho e da produção, face a desimportância que tiveram estas esferas no âmbito das “políticas públicas”¹⁴.

Sabemos que no campo da economia nos anos de 1980 o Brasil optou por liberalizar o comércio de mercadorias e pela desregulamentação dos mercados¹⁵. Isso foi feito mediante a redução das tarifas de importação e da eliminação do crédito agrícola, promovendo um total desmonte dos instrumentos de política de abastecimento em diversos setores nas relações comerciais: estoques, preços, equipamentos¹⁶. Fatores esses que, se por um lado, expressavam as reorientações das relações comerciais, às quais já sinalizavam certa flexibilização à expansão dos capitais externos voltados à ampliação dos investimentos estrangeiros, e não apenas com capitais internos, por outro, deram origem às outras preocupações internas, como as mudanças sobre a garantia da segurança alimentar. A partir

¹¹ Os grifos são nossos.

¹² Beto, Frei. (2010, agosto 06) Desigualdade Social no Brasil. Jornal O Correio Brasiliense. Caderno Opinião.

¹³ Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/Brasil/noticias/o>, Extraído em 22 de agosto de 2012.

¹⁴ Pochmann, M. Desenvolvimento e Perspectivas Novas para o Brasil. S.P: Cortez, 2010 p.129

¹⁵ A complexidade desses acontecimentos foi explicitada na Conferência Mundial dos Alimentos, realizada no período de 03 a 05 de junho de 2008, contando com a participação de 181 países que se reuniram em Roma (entre eles 43 chefes de Estado e de Governo e mais de 100 Ministros para participar da Conferência de Alto Nível sobre Segurança Alimentar, na qual mais de 5000 pessoas assistiram esse evento que teve como foco principal a crise alimentar no âmbito do desenvolvimento mundial.

¹⁶ Conforme relato do Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, Renato S. Maluf. “Crise de Alimentos e Crise de Modelo”. Disponível em ascom@consea.planalto.gov.br Extraído em 29 de maio de 2008.

daí, essa vai se tornar uma política pública importante dada à emergência do incentivo à produção na agricultura, pois significa incluir também as questões de ordem ambientais e climáticas que afetam as diferentes regiões no Brasil e do mundo, quando se colocam em questão, a exploração dos recursos naturais de um modo geral, terra, água, biodiversidades, cujos fatores têm efeitos nefastos, que comprometem a produção dos alimentos.

O foco mais importante nesta averiguação refere-se aos subsídios desses conteúdos para apreendermos a lógica da criação e a distribuição da riqueza, a geração da pobreza e a constituição das classes, como via possível à identificar-se a diferença fundamental entre o modelo de desenvolvimento clássico e o que ocorreu na América Latina. Sabemos que a dinâmica de sua colonização torna-se essencial a essa interpretação, isto é, se no primeiro “[...] a industrialização resultou da introdução de inovações nos processos produtivos, às quais, através da redução dos preços, permitiram a substituição dos produtos artesanais e a formação do próprio mercado, logo, na América Latina o mercado formou-se como decorrência da elevação da produtividade causada pela especialização externa, sendo inicialmente abastecido mediante importações”. (Furtado,2007:174) Independente da crítica à essa avaliação sobre a lógica da industrialização, como um dos ciclos da economia inter-países, essas bases teóricas podem evitar abstrações idealistas infundadas da realidade dos países e das tendências que determinam o seu processo de desenvolvimento. Furtado (2007) destaca nos países que se desenvolveram tendo na “[...] especialização de exportação de produtos primários e de monoculturas de exportação”¹⁷ tendem, a meu ver, a obstrução do desenvolvimento de outros setores de produção.

O que se pode constatar no caso do Brasil, mesmo que se considerem as oscilações de sua condição de produtor e exportador de monocultura, em relação a outros países, certos tipos de cultura, como a produção de soja, nosso país se destaca como um grande produtor, cujas características são importantes à compreensão das particularidades do seu padrão de desenvolvimento, cuja predominância de “função exportadora” e “[...] fornecedora de produtos primários” pode levar a consequências, como a subestimação ou o descaso ao setor de produção de alimentos ou mesmo à sua importação. É claro que essa opção pela base de exportação tanto tem um caráter histórico de suas demandas como não pode negar a assertiva de que a industrialização na sociedade capitalista ocorreu para atender prioritariamente “[as necessidades da acumulação, e não as do consumo” (Oliveira 2003:50).

Por fim, como vimos ao longo destas reflexões, nos anos do desenvolvimentismo cabia o Estado à função premente de interventor em todos os setores da economia, na sociedade globalizada essa realidade se inverte no que tradicionalmente conhecemos em relação aos fatores que garantiam “[...]o dinamismo dos sistemas econômicos nacionais”. A riqueza teórica e prática mostrada nessas tendências do modelo de desenvolvimento e no âmbito das políticas assistenciais convocam-nos a buscar apreender a essência e o significado da “distribuição”, em especial, a prevalência da circulação e consumo de mercadorias como esferas econômicas que apesar de indissociável do ciclo da produção, parecem daí apartadas, tem condição determinante da racionalidade da “economia política da pobreza”. Delgado (2005), numa versão identificada em grande medida, pela emergência das políticas de transferência de renda no enfrentamento da pobreza nos moldes que vêm se desenhando no país. O significado disso nos leva a entender que nessas condições fica clara a tendência de um padrão de desenvolvimento das regiões brasileiras ocorrer de forma diferenciada, desigual e combinado, reproduzindo um velho jargão, ainda que revestido de novas roupagens, nesse padrão de sociabilidade, advindo desde o pós desenvolvimentismo nos marcos da neoliberalização e da globalização.

Portanto, formam-se aí algumas bases teórico-metodológicas que levam a entender certas tendências desse padrão de “modernidade e crescimento”, que se delineava naquele início, com novas determinações, mas que não se trata de uma particularidade do modelo de desenvolvimento brasileiro. Também, noutros países da América Latina, essa lógica cristaliza relações estabelecidas entre os países

¹⁷ Furtado, Celso. A Economia Latino-Americana. Formação Histórica e Problemas Contemporâneos. 4ª Ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.p. 173-174.

capitalistas os quais tinham em seu âmago, diferenças expressivas, foi o que pretendemos mostrar nestas breves reflexões críticas, sobre esse contexto de relações macrossocietárias.

BIBLIOGRAFIA

- Anwar, Shaikh. Uma Introdução à História das Teorias de Crise. In: Ensaio FEE, Porto Alegre, 4(1): 5-45, 1983, 1983. (Texto Didático N. 37 IEI UFRJ, 1994, p. 8- 10
- Chesnais, François. A Mundialização do Capital. Tradução Silvava Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- Dosman, Edgar J. Dosman, Edgar J. Raul Prebisch (1901-1986): a construção da América latina e do terceiro mundo/Edgar J. Dosman; Tradução Teresa Dias Carneiro, Cesar Benjamin- Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2001.
- Eagleton, T. As Ilusões do pós-modernismo. Trad. Elisabeth Barbosa. R.J: Jorge Zahar Ed.,1998
- Furtado, Celso. O Capitalismo Global. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999, p. 10
- _____. Em Busca de Novo Modelo. Reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002
- Furtado, Celso. A Economia Latino-Americana. Formação Histórica e Problemas Contemporâneos. 4ª Ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2007
- Harvey, David. O Neoliberalismo. História e Implicações. S. P. Loyola. 2008.
- Lenin, Vladimir Ilich. 1870-1924. O Imperialismo: fase superior do capitalismo. 4ª Ed. V. Lenin; [Tradução Olinto Beckerman] S.P: Global, 1987.
- Lustosa, Maria das Graças O. P. Reestruturação Produtiva, Desigualdade e Pobreza: desafios às políticas sociais. Luci faria P. (Org.) Adilson Vaz C. Filho, Adriana A. F. Alves, Aluizio A. S. Jr. Andrea de L. R. Sales et all. In: Movimentos Sociais, Políticas Sociais e Questão Social. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.p. 191-206.
- Lustosa, Maria das Graças Osório P. *A Viabilidade da Agricultura Familiar no Contexto da Reestruturação Produtiva*: Particularidades no Brasil. Tese de Doutorado. Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, outubro de 2005.
- Lustosa, Maria das Graças O. P. Trabalho, Produção E Assistencialismo: Novas Sociabilidades E Desafios Ao Serviço Social. Trabalho apresentado no ENPESS 2008.
- _____. Assistencialização, Produção e Reprodução Social em tempos de sociedades mundializadas, desafios ao Serviço Social, 2010. (Texto de aula, Mimeo).
- _____. et. all. Políticas Sociais de Transferência de Renda e Estado Neoliberal: Desafios no Combate à Pobreza Rural-Urbana no Brasil Contemporâneo. R.J, ENPESS, 2010.
- Marx, Karl. Introdução à Crítica da Economia Política I – Produção, Consumo, Distribuição, Troca e Circulação. Marx, Coleção os Pensadores. São Paulo: Ed. Abril, 1978.
- Marx, Karl. Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política. (GRUNDRISSE) 1857-1858, 5ª Ed. SGLO Veintiuno Editores. Volume I.
- Lessa, Sérgio. Serviço Social e Trabalho: Do Que Se Trata?. In: Revista Temporalis Nº 2 Ano 1, Jul/Dez. 2000. p. 35-57
- Mészáros, István. A Crise Estrutural do Capital. Trad. Francisco R. C. (et al.) S. Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do Trabalho).
- Plihon, Dominique. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira: a responsabilidade das políticas liberais. Um ponto de vista keynesiano. Chesnais, F. (Coord.). BRUNHOFF, S. GUTTMANN, Robert. SERFATI, Claude et. al. In: A Mundialização Financeira. Gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998. p. 97-139.
- Prado, Caio Jr. História e Desenvolvimento. A Contribuição da Historiografia para a Teoria e Prática do Desenvolvimento Brasileiro. Prefácio Florestan Fernandes. São Paulo, Brasiliense, 1999